



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 01/2018 – CMPU

Ao dia doze do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Urbanas de Guarulhos - CMPU, que subscrevem a essa ata, no Auditório do Zoológico Municipal, Rua Dona Glória Pagnocelli, 344 - Jardim Rosa de França, Guarulhos, para a 1ª Reunião Extraordinária do ano de 2018, tendo como pauta as reuniões pré-audiências públicas, parte do processo de revisão do Plano Diretor.*****

A reunião extraordinária iniciou-se às nove horas e quarenta minutos com a presença dos membros infra-assinados, dos membros da coordenação executiva: Kátia Ayumi Tani e Camila Segantin; dos convidados: Antonio José de Araújo (MNLM); registramos as ausências justificadas da Secretaria de Serviços Públicos e do Movimento Popular – Sociedade de Apoio à Luta por Moradia – SAM/MNLM; e as ausências injustificadas da Secretaria de Habitação, da Secretaria de Obras, Secretaria de Desenvolvimento Científico, Econômico, Tecnológico e Inovação, Secretaria de Justiça, Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, SAAE, Câmara Municipal, Associação de Moradores de Bairro Salgado Filho, Universidade de Guarulhos – UNG, Entidade Ambiental – Núcleo de Estudos Urbanos – NEU, Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e Orçamento Participativo.*****

O Conselheiro Gabriel Arruda agradeceu a presença de todos e deu início à reunião dando as boas vindas a todos os conselheiros e cumprimentando-os pelo novo ano. Explicou que a reunião extraordinária foi convocada para apresentar ao conselho como serão realizadas as reuniões que irão preceder as audiências públicas de recebimento de propostas de alteração na minuta de Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor. Esclareceu que na última reunião do ano anterior, quando foi perguntado quando ocorreriam essas reuniões e as audiências, foi respondido que pela avaliação do corpo técnico, as reuniões seriam realizadas após o carnaval. Entretanto, por decisão do governo, tendo em vista a necessidade de revisão de outros instrumentos legais que dependem da aprovação do Plano Diretor, como por exemplo a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (lei de zoneamento), as reuniões e as audiências públicas deveriam ocorrer num prazo em que fosse possível encaminhar o Projeto de Lei à Câmara, ainda nos primeiros meses do ano de 2018, alertando ainda para o fato deste ano haver muitos feriados em dias de semana e por ser ano de Copa do Mundo e eleições.*****

Após introdução do Conselheiro Gabriel, foi aberta a plenária para manifestação dos presentes. O Conselheiro Gilmar manifestou sua preocupação com calendário ponderando que as reuniões poderão ser improdutivas e esvaziadas pois em janeiro muitos estão viajando mas, principalmente porque havia uma expectativa, no fim do ano passado, de que as reuniões ocorreriam após o carnaval e, portanto, haveria tempo das entidades mobilizarem seus pares; disse ainda que, aparentemente, as reuniões e audiências foram pensadas apenas para legitimar o processo e que, em assim sendo, não pactuará com tais encaminhamentos. O Conselheiro Júlio endossou as palavras do Conselheiro Gilmar, acrescentou dizendo que o Conselho não foi consultado para definir as datas e mais uma vez manifestou que, em sua opinião, a prefeitura deveria ter formado um grupo de trabalho envolvendo membros da sociedade civil para elaborar a minuta de Projeto de Lei, disse que se isso tivesse sido feito, muitos problemas que imagina que poderão ocorrer, poderiam ser evitados. A Conselheira Jane questionou como a prefeitura faria a divulgação dessas reuniões e audiências; informou que como representante do Sindicato dos Arquitetos, sendo ainda membro do IAB, tem divulgado essas atividades entre seus pares, mas que a prefeitura tem que fazer sua parte também; disse que se trata apenas de legitimar o processo, acha inviável. O Conselheiro Demóstenes disse que não está havendo ampla publicidade e que a prefeitura estaria fazendo essas atividades somente para legitimar o processo pois este ano é um ano complicado em razão das eleições, da Copa do Mundo, e outros acontecimentos que desviam a atenção das pessoas de questões como essa (Plano Diretor). A Conselheira Daniele solicitou a palavra e disse endossar as palavras de seus colegas conselheiros e deixou registrado que o conselho não estava sendo respeitado, que os conselheiros tem se dedicado a desempenhar o seu papel mas não têm sido ouvidos. O Conselheiro Anselmo manifestou concordância com a consideração do Conselheiro Demóstenes quanto ao “timing”, e que dessa maneira, corre-se o risco do processo a ser coordenado pela Câmara Municipal, não ocorra como deveria; concorda com a Conselheira Daniele quanto ao desrespeito aos conselheiros, por parte do poder público, pois essas datas não foram definidas em conjunto com o Conselho.*****

A Conselheira Jane solicitou a palavra para perguntar a respeito de um conselho de técnicos ou grupo de apoio que foi criado, que teria 12 membros pelo que ouviu falar, perguntou ainda se esse grupo seria remunerado de alguma forma; questionou qual seria a função desse conselho uma vez que existe o CMPU. O Conselheiro Flávio pediu a palavra por ser um desses 12 técnicos e explicou que



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

não se trata de um conselho e sim um grupo informal do qual fazem parte engenheiros e arquitetos que manifestaram interesse em colaborar com a prefeitura para se discutir questões técnicas sobre o desenvolvimento da cidade; disse que não há nenhum tipo de remuneração envolvida e que não houve, até o momento, nenhuma discussão quanto a formalizar o grupo como um conselho ou alguma outra instância. O Conselheiro Gabriel esclareceu que o grupo de profissionais foi quem procurou a prefeitura. A Conselheira Jane disse ter se sentido desrespeitada porque a criação desse grupo dá margem a interpretar que o CMPU não tem feito seu trabalho; chamou a atenção que na composição do conselho, há técnicos, profissionais, e que ela é um desses profissionais e é membro do IAB. O Conselheiro Demóstenes disse concordar que trata-se de um desrespeito. O Conselheiro Júlio lembrou que existe a previsão de criação de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos dentro do conselho, convidando inclusive pessoas que não são conselheiras; portanto questionou porque não esse o encaminhamento tomado. O Conselheiro Flávio esclareceu que as discussões desse grupo são enviadas à prefeitura somente como sugestão pois a intenção é colaborar; disse que percebeu que há mais de dois anos o conselho vem se perdendo em discussões políticas e a questão técnica foi abandonada, comentou que na reunião de hoje deveriam estar discutindo a minuta de Projeto de Lei e no entanto ficou-se discutindo a inadequação das datas ou a forma como isso foi definido; falou que concorda que o calendário está muito apertado e numa época bastante complicada para organizar eventos e mobilizar pessoas. O Conselheiro Demóstenes observou que houve um descuido por parte da SDU, na formação desse grupo. O Conselheiro Gilmar disse concordar com a importância de se discutir as questões técnicas mas não se pode deixar de criticar a forma como as coisas tem sido conduzidas no conselho. O Conselheiro Júlio pediu a palavra para deixar registrado que não concorda com a observação do Conselheiro Flávio a respeito do conselho estar perdido nos dois últimos anos; disse que o CMPU é um dos poucos conselhos municipais que funciona na cidade. O Conselheiro Marcelo destacou que a função do conselho é dialogar com a sociedade e que se trata da discussão de um plano para o futuro da cidade, e assim sendo, o calendário estaria muito apertado e que, de fato, a definição de datas deveria ser discutida com o conselho; disse ainda que os conselheiros dedicam seu tempo em que deveriam estar exercendo suas atividades em seus respectivos trabalhos e não está havendo respeito por parte do poder público. O convidado Antônio José observou que qualquer governo, seja municipal, estadual, federal, independentemente do partido, é resistente aos conselhos, mas essa instância de participação é legítima é tem que ser respeitada; disse que é interesse da população que o Plano Diretor seja concluído, mas não de forma atropelada; complementou sua fala dizendo que o conselho deve voltar a ser deliberativo. *****

As 10h40, o Conselheiro Demóstenes pediu a palavra dizendo que precisaria se retirar da reunião e solicitou que ficasse registrado em ata que pretende denunciar os crimes contra o patrimônio histórico da cidade: casa Maurício de Oliveira (impermeabilização do solo e construção de uma edícula); elevação do muro do cemitério São João Batista e da troca do portão; e contra infrações à legislação municipal: dimensões das placas de publicidade que não estão em acordo com os parâmetros estabelecidos em lei e da construção nos recuos. *****

Após, em continuidade ao tema introduzido pela Conselheira Jane, o Conselheiro Mounir disse que o grupo de trabalho dos profissionais tem como objetivo apresentar seu ponto de vista (o ponto de vista dos profissionais que moram e/ou trabalham na cidade); a respeito do Plano Diretor, disse que há muita cobrança para com o poder público e que não se pode ficar apenas nisso e os conselheiros da sociedade civil também precisa fazer sua parte; disse que as reuniões que já aconteceram tiveram baixa participação mesmo com a divulgação que foi feita pela prefeitura. O Conselheiro Anselmo disse discordar do Conselheiro Mounir porque os horários definidos para essas reuniões e audiências não permite a participação das pessoas que trabalham. A convidada Kátia pediu a palavra e disse que, na condição de uma das técnicas que vem trabalhando na sistematização das contribuições e propostas, que apesar do número de participantes nas oficinas, reuniões e audiências, não ter atingido grandes públicos, a qualidade da discussão foi boa pois aqueles que comparecem, vieram preparados para apresentar suas ideias; disse que concorda que o calendário não é ideal mas que não se deveria perder a oportunidade de discutir a minuta de Projeto de Lei que foi tão aguardada, que se as reuniões e audiências se mostrarem insuficientes para encerrar o debate, é papel do conselho tomar providências. A Conselheira Daniele falou que entende que é importante aproveitar cada espaço para se discutir mas lamenta que mesmo em havendo esse debate, a questão política muitas vezes prevalece. O convidado Antonio José deixou registrado que não vai se empenhar em mobilizar seus pares para datas em período de férias e observou que a prefeitura não estaria se empenhando. O Conselheiro Júlio disse que o governo não tem respeitado nem aquilo que está previsto na minuta de revisão do Plano Diretor pois se fala sobre preservação do meio ambiente enquanto envia à Câmara um Projeto de Lei de alteração da Lei da APA Cabuçu – Tanque Grande, lei



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº 1805/2016 GP

aprovada em 2010 após muita luta por parte dos envolvidos nos estudos que levaram à proposição; disse que o conselho não foi consultado a respeito desse projeto e que o mesmo vai contra os princípios de sustentabilidade daquela unidade de conservação. A convidada Kátia informou que o Projeto de Lei que propõe alterações naquela que criou a APA Cabuçu – Tanque Grande já foi objeto de discussão no conselho em 2012 (8ª Reunião Ordinária – 28/09/12) e que à época já havia sido explicado que se tratava de tratar pontos omissos da Lei 6798/10 (lei que criou a APA) acarretados pela ausência de um quadro de usos e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo para as Zonas Mista – ZM e ZUSRA, sendo que para as Zonas de Uso Sustentável – ZUS 1 e 2 e Zona de Uso Conservacionista – ZUC, existem tais quadros; disse ainda que para incluir um quadro que preencha a lacuna da lei, somente é possível fazer através de outra lei. A Conselheira Daniele lembrou que foi feita uma Resolução pelo Conselho da APA Cabuçu – Tanque Grande, que procurou preencher essa lacuna, porém os técnicos não a utilizaram por entender que uma resolução era um instrumento frágil, mas a Secretaria de Meio Ambiente, por sua vez, e naquela ocasião (em 2016), definiu que qualquer alteração na lei que criou a APA se deveria aguardar a elaboração do Plano de Manejo. A convidada Kátia disse concordar quanto à importância do Plano de Manejo para se propor como se dará o uso sustentável no território da APA, mas a ausência de regras tem agravado ainda mais a irregularidade na região. O Conselheiro Thiago informou que encaminhará cópias das atas das reuniões do Conselho Gestor da APA Cabuçu – Tanque Grande e COMDEMA onde foi discutida e aprovada a proposta de alteração da Lei 6798/10 (Projeto de Lei 5660/17). *****
O Conselheiro Gabriel perguntou se não havia outras manifestações, e como não houve, agradeceu a presença de todos. A reunião foi encerrada às 12h00, e eu, Kátia Ayumi Tani, _____
Chefe da Divisão Técnica de Planejamento (SDU01.06), digitei a presente ata.

De acordo (Conselheiros presentes):

Poder Público:

Gabriel Rodrigues de Arruda (Suplente da SDU) _____

Thiago Perez Sávio (Titular da SM) _____

Juliana Donadon G. Menezes (Titular da STT) _____

Sociedade Civil

Cléia Pereira de Araújo (Tit. Cooperativa Habitacional - Coopercid) _____

Launa Simplicio Pereira (Sup. Mov. Popular – Ass. BABI) _____

Marcelo Bulhões Lorenzini (Tit. Mov. Popular – IACON) _____

Anselmo Pires da Silva Neto (Sup. Mov. Popular – IACON) _____

Gilmar Antonio dos Santos (Tit. Mov. Popular – Paulo Canarim) _____

Daniele dos Santos Marques (Tit. Ent. Ambiental – Chico Mendes) _____

Demostenes Lopes Cordeiro (Tit. Ent. Empresarial – Asec) _____

Flávio Geradine Naressi (Tit. Ent. Profissional – ASSEAG) _____

Julio Soto Saaveda (Tit. Entidade de Classe – IAB) _____

Jane Marta (Tit. Sindicatos – SASP) _____

Jarbas Tupinambá (Titular do CMH) _____

Mounir Karame (Suplente do CMH) _____